

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.429 - SP (2019/0303166-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894
YURI MATEUS SOUZA MENDEZ E OUTRO(S) - SP426091
SOC. de ADV. : SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS
RECORRIDO : MARCIA REGINA BARREIRA
RECORRIDO : CARLOS RODRIGUES IRMAO
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
AGRAVANTE : MARCIA REGINA BARREIRA
AGRAVANTE : CARLOS RODRIGUES IRMAO
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
AGRAVADO : GOL LINHAS AEREAS S.A
ADVOGADOS : CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR - DF010424
OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES E OUTRO(S) - SP310314
AGRAVADO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894
YURI MATEUS SOUZA MENDEZ E OUTRO(S) - SP426091
SOC. de ADV. : SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MÁRCIA REGINA BARREIRA e OUTRO contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial que discute as condições de custeio que devem ser asseguradas a ex-empregado para a manutenção de plano de saúde coletivo.

É o relatório. Decido.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REsp's 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitado o Tema 1.034, nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a

beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

**2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO
PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.**

*(ProAfR no REsp 1829862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS
FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe
05/11/2019)*

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumpra-se destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator